



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Anapu



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Anapu x RI Xingu x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Anapu x RI Xingu x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Anapu x RI Xingu x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Anapu x RI Xingu x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Anapu (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

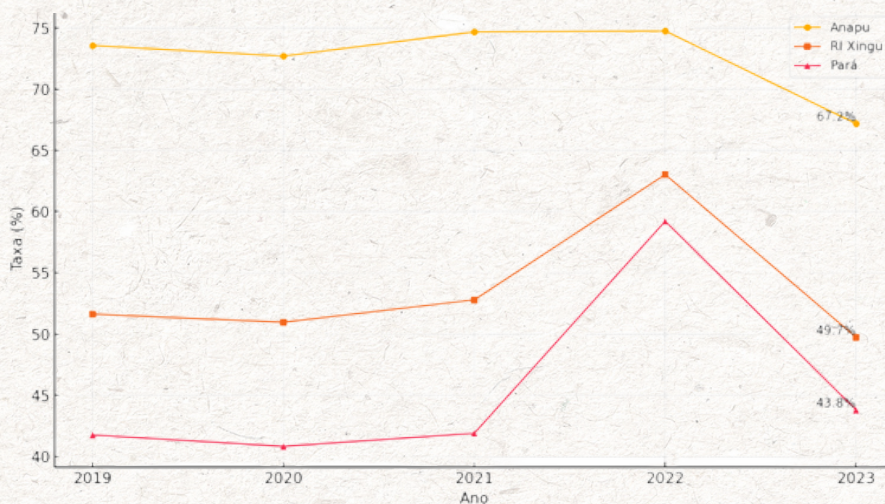
O município de Anapu manteve uma taxa de pobreza bastante elevada durante todo o período, iniciando com 73,9% em 2019 e alcançando seu pico em 2021 e 2022, com valores superiores a 74%. Apenas em 2023 é que se observou uma queda mais significativa, reduzindo o percentual para 67,2%. Essa redução recente pode indicar efeitos positivos de políticas de transferência de renda ou recuperação econômica pós-pandemia, mas o patamar ainda elevado revela persistência da vulnerabilidade social e limitações estruturais no combate à pobreza (Gráfico 1).

Na Região de Integração (RI) Xingu, o comportamento da taxa de pobreza foi semelhante, embora com percentuais absolutos menores. O indicador oscilou ligeiramente de 51,6% em 2019 para um pico de 62,9% em 2022, voltando a cair para 49,7% em 2023. O padrão sugere que os efeitos econômicos da pandemia impactaram fortemente a região em 2022, mas que houve recuperação no ano seguinte, provavelmente com a reativação de atividades econômicas e reestruturação de políticas sociais nos municípios que compõem a RI (Gráfico 1).



No estado do Pará, a taxa de pobreza também registrou alta em 2022 (59,2%) e queda em 2023 (43,8%), seguindo tendência similar à observada nos níveis municipal e regional. Ainda que os percentuais do estado sejam mais baixos que os de Anapu e da RI Xingu, o dado de 2022 expõe a amplitude do impacto social da crise sanitária e econômica. A melhora em 2023 reforça a importância das políticas anticíclicas e das transferências de renda para a contenção da pobreza, embora a taxa ainda permaneça elevada no contexto nacional (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 67,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

Em Anapu, o percentual das despesas públicas municipais alocado para serviços essenciais apresentou crescimento expressivo entre 2019 e 2021, saltando de 61,5% para 68,2%, indicando priorização orçamentária de áreas como saúde, educação e assistência social. Nos anos seguintes, porém, houve uma leve retração, com o indicador caindo para 65,9% em 2023, o que pode sinalizar reequilíbrio de gastos com outras funções administrativas ou redução do volume de recursos disponíveis para serviços essenciais (Gráfico 2).

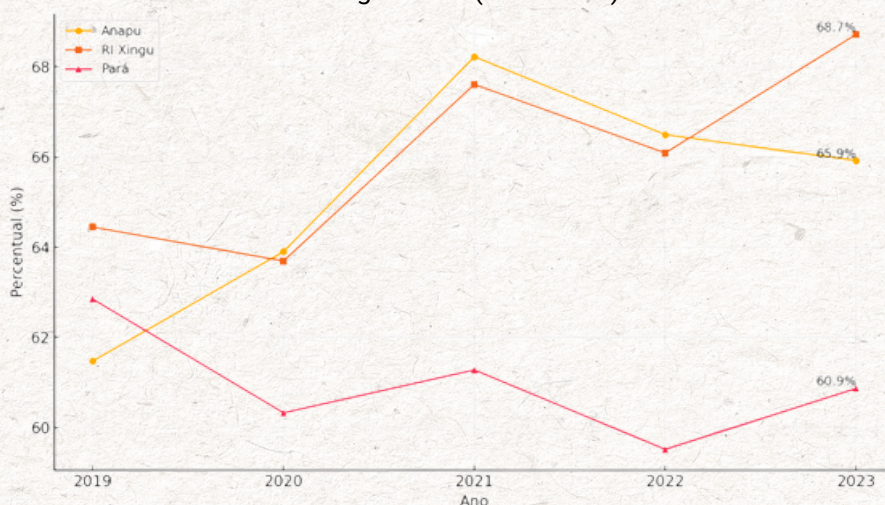
A RI Xingu manteve valores elevados ao longo de todo o período, oscilando entre 63,7% e 68,7%. O pico em 2023, que representa a maior proporção entre os três níveis territoriais analisados, sugere uma retomada do foco em áreas prioritárias após possível redirecionamento de recursos durante a pandemia. A constância em níveis elevados demonstra um esforço regional de preservação das políticas públicas básicas, apesar das limitações fiscais enfrentadas pelos municípios da região (Gráfico 2).

Já no estado do Pará, os percentuais foram mais bai-

xos, variando entre 59,4% e 63,0%. Apesar de oscilações, observa-se um padrão de estabilidade, com leve crescimento ao final do período (60,9% em 2023). O comportamento revela que, em termos agregados, o estado tem mantido uma distribuição relativamente constante dos seus gastos, sem aumentos expressivos em serviços essenciais mesmo durante os anos mais críticos da pandemia. Isso pode indicar menor flexibilidade orçamentária ou uma estrutura de despesas mais engessada (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

O município de Anapu apresentou um comportamento oscilante quanto à prevalência de crianças com baixo peso ao nascer. O indicador partiu de 6,9% em 2019 e atingiu seu pico em 2021 com 8,8%, possivelmente refletindo os efeitos da pandemia sobre o sistema de saúde, a insegurança alimentar e o acompanhamento pré-natal. Nos dois anos seguintes, a taxa recuou para 7% em 2023, retornando a patamares mais próximos do início da série, o que pode sinalizar uma reestruturação dos serviços de atenção básica e melhores condições gestacionais (Gráfico 3).

Na Região de Integração (RI) Xingu, o padrão foi semelhante, com uma elevação até 2021, atingindo 7,9%, e queda

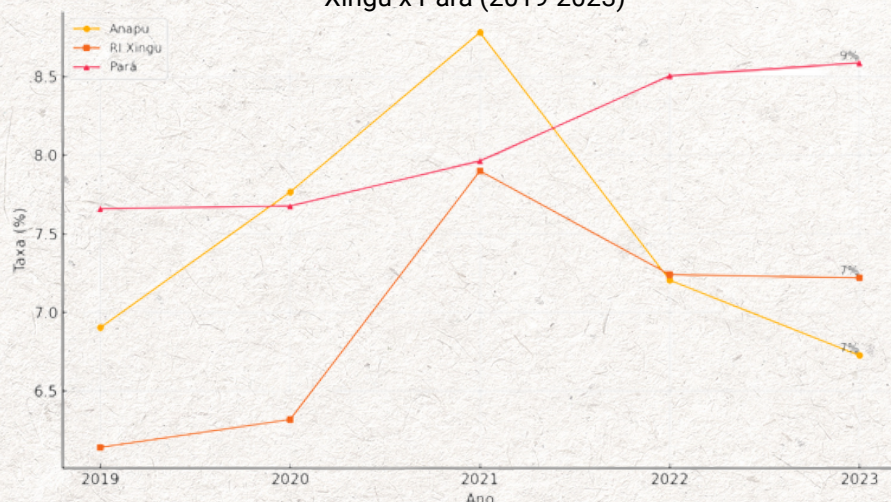
nos dois anos seguintes para 7,2% em 2022 e 7% em 2023. O comportamento regional acompanha as flutuações vivenciadas em Anapu, ainda que em uma faixa de prevalência um pouco inferior, sugerindo que os fatores de risco associados ao baixo peso estão distribuídos de forma homogênea entre os municípios da RI. A redução após 2021 pode estar atrelada a melhorias no acesso à saúde materno-infantil e alimentação básica (Gráfico 3).

No estado do Pará, entretanto, observa-se uma trajetória de crescimento contínuo do indicador, saindo de 7,6% em 2019 para 9% em 2023. Isso indica que, diferentemente do observado em Anapu e na RI Xingu, a tendência estadual

foi de agravamento do problema. Tal comportamento pode refletir desigualdades regionais dentro do estado, com áreas de maior concentração populacional ou vulnerabilidade social contribuindo para a elevação da média estadual. Isso reforça a necessidade de políticas públicas mais amplas e direcionadas à saúde pré-natal em diferentes realidades locais (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

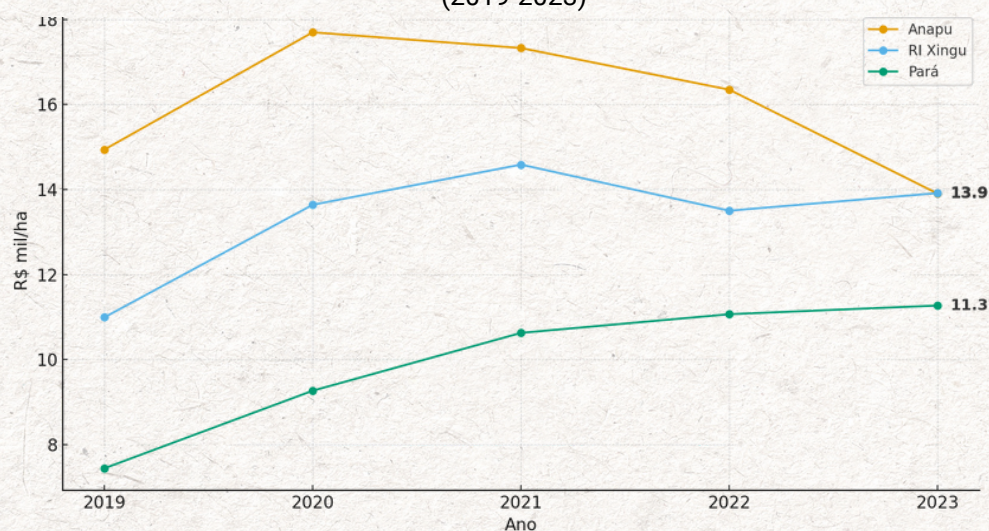
Entre 2019 e 2023, o município de Anapu apresentou forte variação na produtividade agrícola. Em 2019, o valor era de R\$ 15,0 mil/hectare, subindo expressivamente para R\$ 17,8 mil/ha em 2020, o maior patamar da série. Nos anos seguintes, a produtividade começou a declinar, chegando a R\$ 17,4 mil/ha em 2021 e R\$ 16,3 mil/ha em 2022. Em 2023, houve queda mais acentuada, alcançando R\$ 14,0 mil/ha. Apesar da retração recente, o desempenho médio manteve-se ele-

vado, refletindo bom uso de tecnologia, embora vulnerável a fatores climáticos e de mercado (Gráfico 4).

A Região de Integração Xingu iniciou o período com R\$ 11,0 mil/hectare em 2019, atingindo R\$ 13,7 mil/ha em 2020 e R\$ 14,6 mil/ha em 2021. Em 2022, houve leve queda para R\$ 13,5 mil/ha e, em 2023, recuperação parcial para R\$ 13,9 mil/ha. Já o estado do Pará apresentou tendência de crescimento contínuo, passando de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023.

O movimento estadual indica avanços estruturais na eficiência produtiva, ainda que em ritmo moderado, enquanto a RI Xingu se manteve acima da média, com estabilidade e ganhos consolidados em produtividade (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 13,9 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

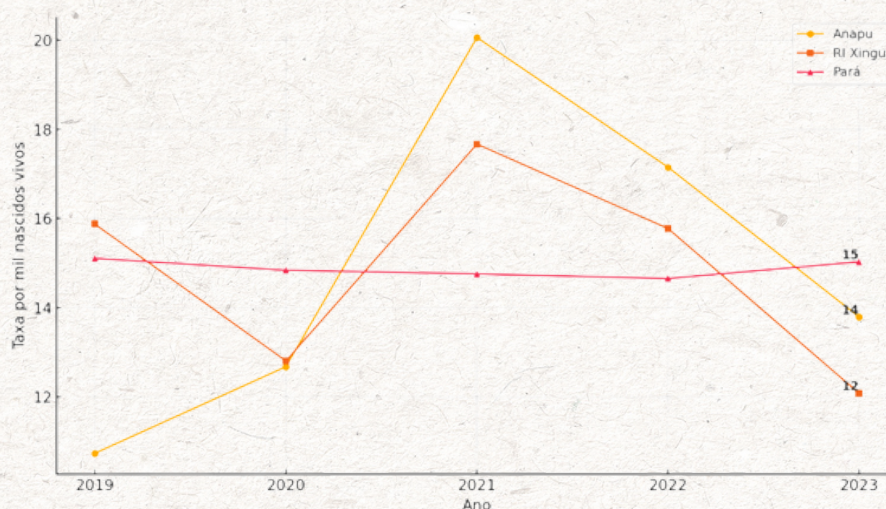
Entre 2019 e 2023, o município de Anapu apresentou variações significativas na taxa de mortalidade infantil. Em 2019, a taxa era de 10,7, subindo levemente para 12,7 em 2020. O pico ocorreu em 2021, com expressivos 20,1 óbitos por mil nascidos vivos, seguido por uma queda progressiva nos anos seguintes, atingindo 13,9 em 2023. Essa oscilação indica um período crítico em 2021, possivelmente relacionado a falhas no sistema de saúde, agravadas pelo contexto da pandemia de COVID-19 (Gráfico 5).

Na Região de Integração do Xingu, a taxa também variou, embora de forma menos acentuada que em Anapu. Após cair de 15,9 em 2019 para 12,9 em 2020, houve um aumento em 2021 para 17,6, com queda subsequente para 15,8 em 2022 e 12,0 em 2023. Esse comportamento sugere uma sensibilidade regional à crise sanitária, com posterior recuperação mais rápida que a verificada no município (Gráfico 5).



No estado do Pará, o indicador apresentou maior estabilidade, oscilando levemente em torno de 15 óbitos por mil nascidos vivos, com um pequeno aumento em 2023. Essa constância, mesmo durante a pandemia, pode refletir a maior resiliência dos centros urbanos e das políticas estaduais de saúde pública. Comparativamente, Anapu apresentou maior vulnerabilidade, o que evidencia a necessidade de ações locais mais robustas para garantir a redução sustentada da mortalidade infantil (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

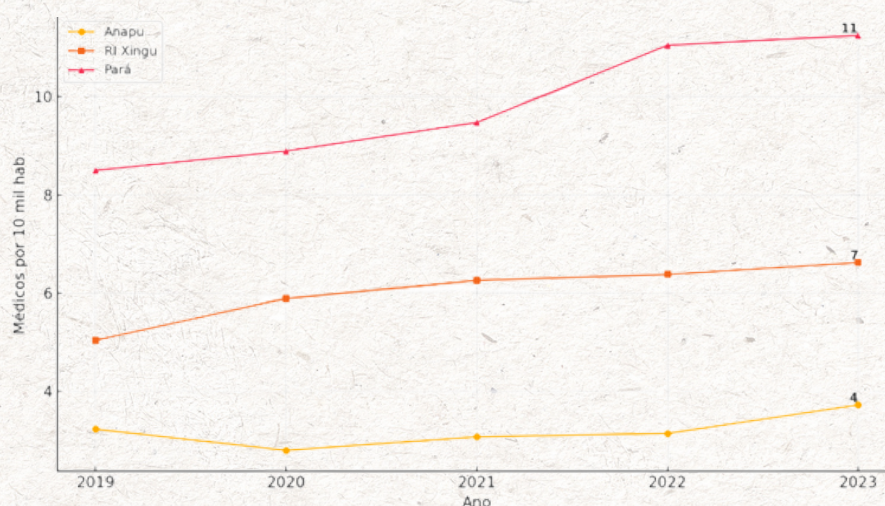
A presença de médicos por 10 mil habitantes em Anapu mostrou um crescimento discreto no período analisado. Em 2019, o município contava com 3,3 médicos por 10 mil habitantes, número que caiu para 2,8 em 2020. A partir de então, houve um crescimento gradual, alcançando 3,1 em 2021, 3,2 em 2022 e finalmente 3,8 em 2023. Apesar do avanço, o indicador ainda se mantém abaixo da média estadual, apontando para uma insuficiência de profissionais de saúde no território (Gráfico 6).

Na RI Xingu, o número de médicos foi superior ao de Anapu em todos os anos, com tendência crescente. O indicador evoluiu de 5,1 em 2019 para 7,0 em 2023, revelando uma melhoria constante na cobertura médica regional. Essa ampliação pode ter contribuído para a redução da mortalidade infantil observada em 2022 e 2023, refletindo a importância de investimentos regionais em recursos humanos na saúde (Gráfico 6).



O estado do Pará, por sua vez, apresentou os melhores resultados entre os três níveis analisados. Em 2019, contava com 8,5 médicos por 10 mil habitantes, número que subiu para 11,1 em 2023. Esse crescimento consistente pode estar atrelado à interiorização de profissionais via políticas públicas como o “Mais Médicos”, bem como à expansão das redes hospitalares nos grandes centros. A discrepância entre o estado e o município de Anapu, contudo, reforça as desigualdades no acesso a serviços médicos no interior (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

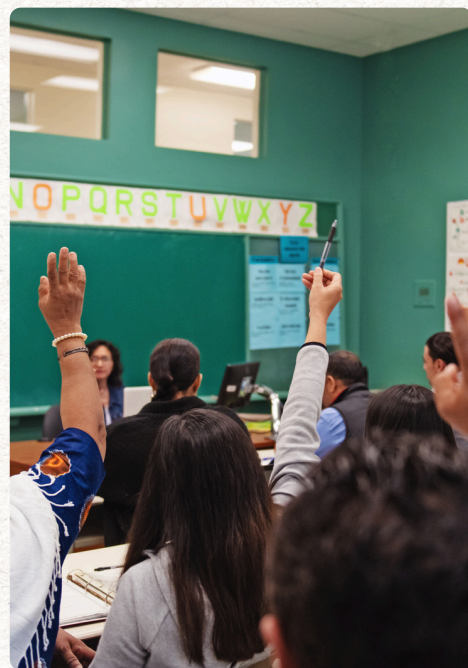
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2022, o município de Anapu manteve um patamar elevado de vagas no ensino público por mil habitantes, iniciando com 317,5 em 2019 e caindo levemente até 306,6 em 2021, com uma pequena recuperação para 311,5 em 2022. No entanto, em 2023 houve uma queda expressiva para 246,6 vagas, indicando possível redução na oferta de vagas ou aumento populacional sem ampliação proporcional da capacidade educacional. Essa queda abrupta pode impactar a cobertura escolar no município (Gráfico 7).

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento do indicador foi mais estável entre 2019 e 2022, oscilando levemente entre 266,9 e 270,6 vagas por mil habitantes.

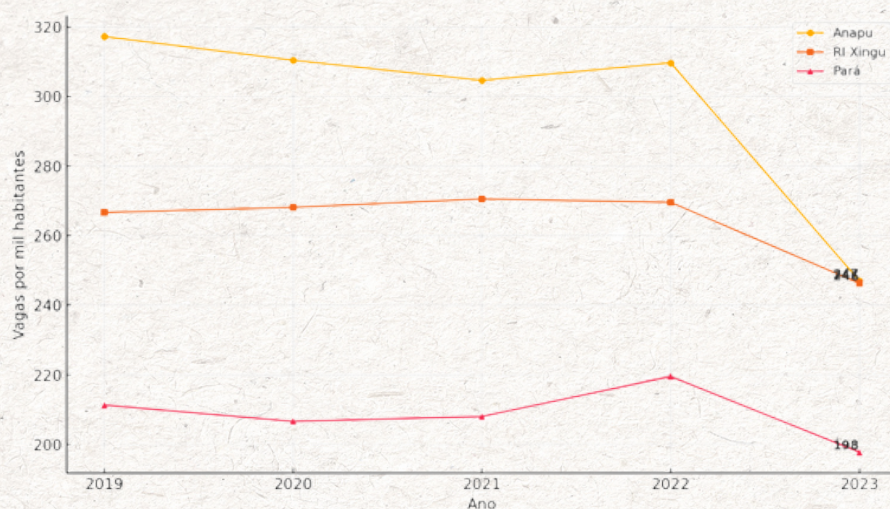
Contudo, em 2023 também foi observada uma queda relevante, chegando a 245,8 vagas. Embora o padrão da RI Xingu seja mais consistente ao longo do tempo, essa redução recente sugere possíveis cortes orçamentários ou mudanças na política educacional regional que afetaram a capacidade de atendimento (Gráfico 7).

No estado do Pará, o número de vagas por mil habitantes manteve-se consistentemente abaixo dos valores observados em Anapu e na RI Xingu, iniciando com 211,7 em 2019 e encerrando com 198,5 em 2023. A tendência ao longo dos anos foi de leve queda, com pequena recuperação apenas em 2022. Esse padrão reforça a menor capacidade média do estado



em prover vagas proporcionais à população, refletindo desafios estruturais no acesso ao ensino público no Pará como um todo (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 246,6 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

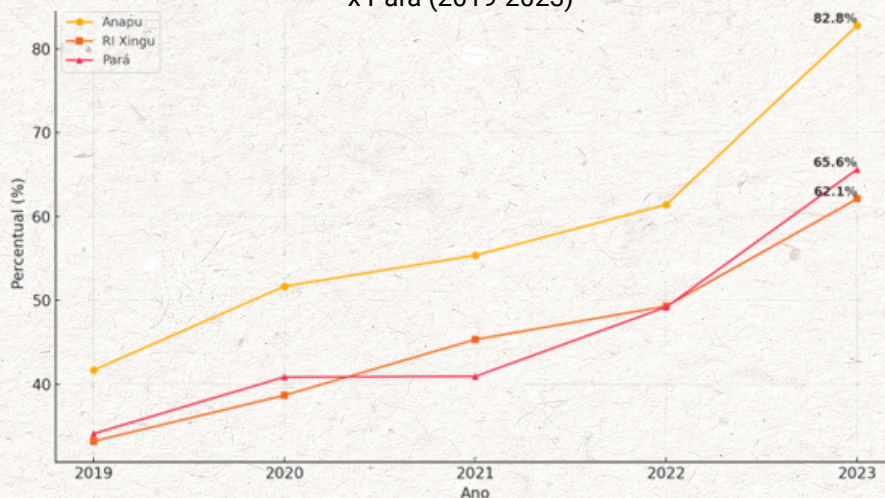
O percentual de escolas com acesso à internet em Anapu cresceu significativamente no período analisado, passando de 41,6% em 2019 para expressivos 82,8% em 2023. Esse avanço revela um esforço consistente na digitalização das unidades escolares, o que pode estar associado a investimentos em conectividade educacional, especialmente após o impacto da pandemia sobre as dinâmicas de ensino. A partir de 2021, a elevação se acentuou, indicando uma resposta mais robusta às exigências do ensino remoto e híbrido (Gráfico 8).

Na RI Xingu, o crescimento também foi contínuo, mas menos acelerado que em Anapu. O percentual subiu de 32,5% em 2019 para 62,1% em 2023. Essa trajetória revela uma tendência positiva de melhoria na infraestrutura digital das escolas, embora ainda esteja em patamar inferior ao do município. A menor velocidade de expansão pode refletir desigualdades entre os municípios da região, onde contextos locais interferem na implementação das políticas de conectividade (Gráfico 8).

O estado do Pará também registrou progressos impor-

tantes no acesso à internet nas escolas, com aumento de 33,4% em 2019 para 65,6% em 2023. Assim como na RI, o avanço foi mais visível a partir de 2022, o que indica um esforço estadual mais recente de modernização das unidades escolares. No entanto, mesmo com os ganhos obtidos, os valores permanecem distantes dos observados em Anapu, evidenciando a necessidade de replicar boas práticas municipais em outras localidades do estado (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 82,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



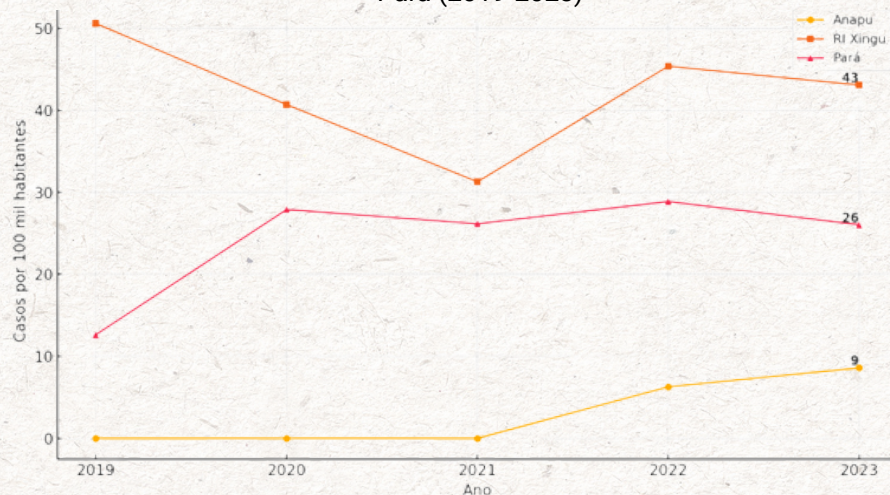
No município de Anapu, o indicador de violência contra a mulher por parceiros apresentou valores nulos entre 2019 e 2021, o que pode refletir subnotificação ou ausência de registros oficiais. A partir de 2022, houve um aumento considerável para 6 casos por 100 mil habitantes, chegando a 9 em 2023. Essa elevação, embora ainda mantenha os números em patamar inferior ao das demais esferas territoriais, pode indicar tanto o agravamento da violência doméstica quanto a melhora na capacidade de denúncia e registro dos casos (Gráfico 9).



Na Região de Integração do Xingu, o indicador iniciou em patamar elevado, com 50,4 casos por 100 mil habitantes em 2019. Houve uma queda constante até 2021 (31,5 casos), seguida de um novo aumento em 2022 (45,3), e leve redução para 43,2 em 2023. A trajetória oscilante revela a persistência do problema, com momentos de recrudescimento que sugerem a necessidade de ações contínuas e integradas para o enfrentamento da violência de gênero (Gráfico 9).

O estado do Pará apresentou crescimento entre 2019 (12,8 casos) e 2020 (27,9), com relativa estabilidade nos anos seguintes, oscilando entre 25,9 e 28,9 casos por 100 mil habitantes. A estabilização em um patamar elevado sugere que, embora a notificação dos casos tenha aumentado, a violência contra a mulher permanece como uma preocupação estrutural. Os dados reforçam a importância de políticas estaduais permanentes de acolhimento, proteção e combate à violência doméstica (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

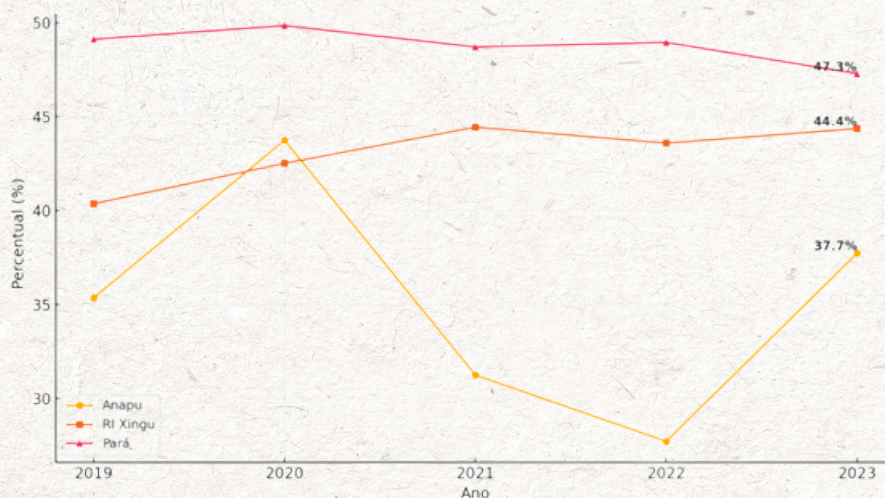
Em Anapu, a ocupação de cargos gerenciais por mulheres oscilou ao longo dos anos. Partindo de 35,4% em 2019, o percentual subiu para 43,9% em 2020, mas caiu drasticamente nos anos seguintes, atingindo o menor valor em 2022 (27,7%). Em 2023, houve recuperação para 37,7%. Essa variação acentuada pode estar relacionada a mudanças políticas ou administrativas locais, além de refletir a vulnerabilidade da presença feminina em posições de liderança no setor público e privado (Gráfico 10).



Na RI Xingu, o indicador apresentou estabilidade, com evolução suave de 40,4% em 2019 para 44,4% em 2023. Essa constância indica uma participação feminina relativamente consolidada em cargos gerenciais, embora ainda aquém da paridade de gênero. O comportamento estável da região, comparado às variações bruscas em Anapu, evidencia uma maior uniformidade nas práticas de gestão regional quanto à equidade de gênero (Gráfico 10).

No estado do Pará, o percentual de mulheres em cargos gerenciais permaneceu elevado e estável durante todo o período, variando entre 48,8% e 49,8%. Esse patamar próximo à igualdade de gênero é um indicativo positivo, que pode estar ligado a políticas estaduais de valorização da mulher e à ampliação do acesso feminino a níveis hierárquicos superiores. No entanto, é importante garantir que essa presença se traduza em condições reais de influência e tomada de decisão (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Anapu, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto permaneceu extremamente baixo ao longo do período analisado. Em 2019, o índice era de apenas 0,2%, crescendo de forma praticamente insignificante até atingir 0,4% em 2023. Essa estagnação evidencia um cenário crítico de exclusão sanitária para os grupos mais vulneráveis, com ausência de avanços significativos na infraestrutura de saneamento voltada à população de baixa renda (Gráfico 11).

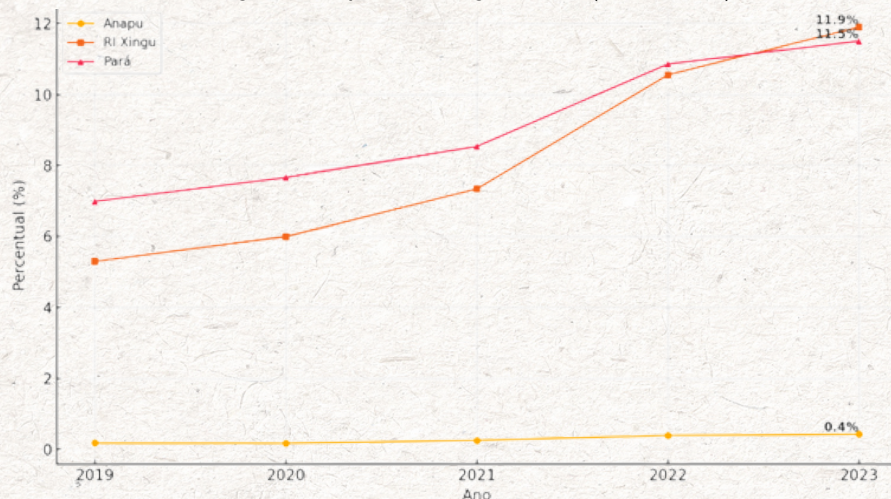
Na RI Xingu, o indicador apresentou melhora contínua ao longo dos anos, saindo de 5,3% em 2019 e atingindo 11,9% em 2023. A partir de 2021, observa-se uma aceleração no crescimento do percentual, indicando o possível início de projetos ou investimentos mais robustos em saneamento voltado a populações em situação de vulnerabilidade. Apesar disso, os valores ainda revelam uma cobertura limitada, especialmente quando comparados aos parâmetros nacionais ideais (Gráfico 11).

No estado do Pará, a evolu-

ção do indicador também foi positiva. Em 2019, o percentual era de 7%, alcançando 11,5% em 2023. A curva apresenta um crescimento consistente, com um salto mais expressivo entre 2021 e 2022, indicando a intensificação de políticas estaduais de saneamento básico com foco em populações de baixa renda. Ainda que o avanço seja relevante, a baixa cobertura em termos absolutos continua sendo um desafio para a universalização do serviço (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Anapu, o gasto municipal com saneamento básico apresentou valores muito baixos e irregulares ao longo do período. Em 2019, o valor era de apenas R\$ 7, caindo para zero a partir de 2020 até 2023, com exceção de uma leve despesa em 2020. Essa ausência de investimento contínuo reforça o cenário de precariedade na cobertura de esgoto, especialmente para as populações mais carentes, e compromete a capacidade do município de promover melhorias estruturais nesse setor essencial (Gráfico 12).

A RI Xingu, por sua vez, apresentou uma trajetória mais robusta e crescente. Partindo de

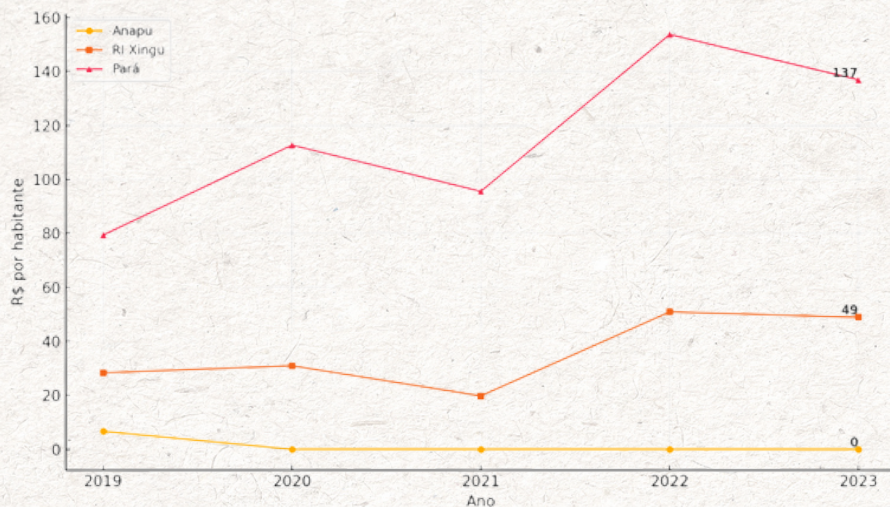
R\$ 29 por habitante em 2019, o gasto alcançou R\$ 49 em 2023, com destaque para o aumento expressivo entre 2021 e 2022, quando o valor passou de R\$ 20 para R\$ 52. Esse incremento sinaliza maior comprometimento dos municípios da região com políticas de saneamento, o que provavelmente influenciou positivamente a ampliação da cobertura observada nos dados anteriores (Gráfico 12).

Já o estado do Pará apresentou os maiores valores per capita de investimento em saneamento básico, saindo de R\$ 79 em 2019 para R\$ 137 em 2023, com picos em 2020 (R\$ 113) e 2022 (R\$ 154).

Essa tendência demonstra um esforço consistente em ampliar os serviços de saneamento no território paraense, mesmo que ainda com desafios distributivos e estruturais. A comparação com Anapu evidencia uma profunda desigualdade na capacidade fiscal e na priorização orçamentária entre os entes locais e o governo estadual (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



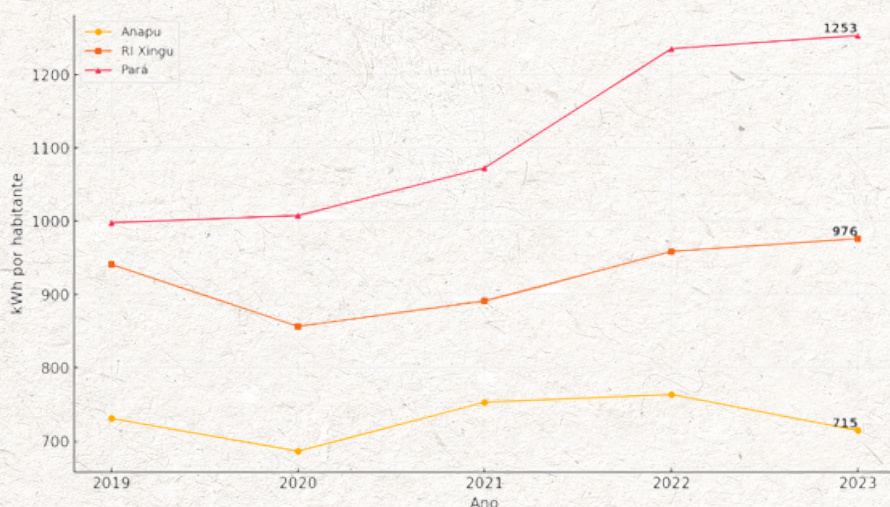
O município de Anapu apresentou um consumo per capita de energia elétrica relativamente estável, porém com leve oscilação no período analisado. Em 2019, o consumo era de 731 kWh/hab., caiu para 683 em 2020, recuperou-se nos anos seguintes, chegando a 766 em 2022, e voltou a cair para 715 em 2023. Esse padrão aponta para uma certa estagnação no acesso e uso de energia, o que pode estar associado tanto a limitações na infraestrutura elétrica quanto a fatores socioeconômicos que restringem o consumo em níveis mais elevados (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento do consumo foi inicialmente descendente entre 2019 (941 kWh/hab.) e 2020 (861), seguido por um crescimento contínuo, atingindo 976 em 2023. Essa recuperação gradual e consistente indica uma melhoria nas condições de abastecimento e no acesso à energia elétrica na região, possivelmente ligada à expansão da rede ou ao aumento do consumo residencial e comercial. A região se mantém em um patamar intermediário entre o município e o estado (Gráfico 13).

O estado do Pará demonstrou crescimento constante e expressivo no consumo per capita de energia elétrica. Partindo de 998 kWh/hab. em 2019, o indicador cresceu até alcançar 1.253 kWh/hab. em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022. Esse aumento pode refletir tanto a expansão da eletrificação quanto o fortalecimento das atividades econômicas e maior acesso a eletrodomésticos e serviços. A diferença em relação a Anapu evidencia desigualdades territoriais no padrão de consumo de energia (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 715 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Anapu apresentou uma tendência clara de redução no uso de iluminação fóssil entre os domicílios de baixa renda. Em 2019, o percentual era de 6,2%, caindo progressivamente até atingir 3,4% em 2023. Essa melhora pode ser atribuída à ampliação do acesso à rede elétrica, especialmente nas áreas mais vulneráveis, representando um avanço importante na inclusão energética e na qualidade de vida dos domicílios de baixa renda (Gráfico 14).

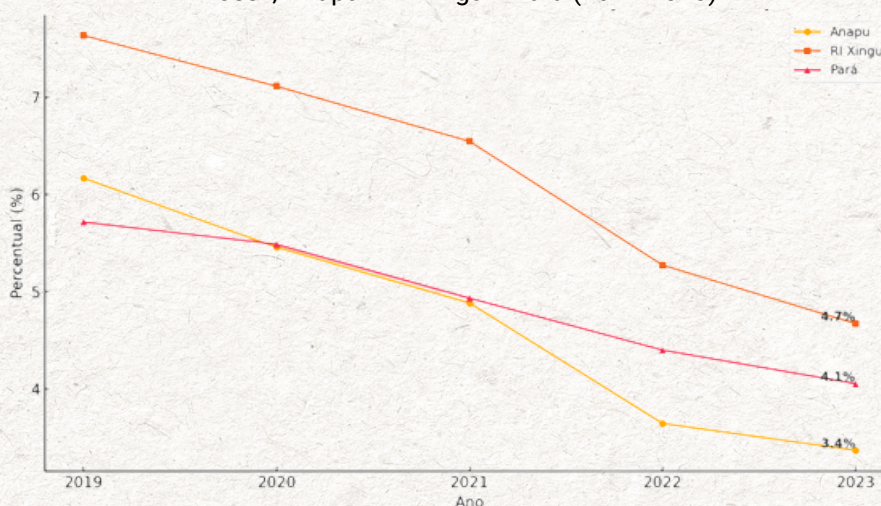
Na Região de Integração do Xingu, o percentual também apresentou queda consistente, embora partindo de um patamar mais elevado. Em 2019, 7,6% dos domicílios de baixa renda utilizavam iluminação fóssil, percentual que caiu para 4,7% em 2023. O ritmo de redução foi mais acentuado após 2021, indicando a possível implementação de políticas públicas de eletrificação ou melhorias na infraestrutura de energia na região (Gráfico 14).

O estado do Pará, por sua vez, iniciou com 5,7% em 2019

e reduziu gradativamente para 4,1% em 2023. Embora o progresso tenha sido constante, o ritmo foi menos acelerado que o observado em Anapu, o que pode indicar maiores desafios logísticos em regiões remotas ou um foco diferenciado nas políticas de acesso à energia. Ainda assim, o dado estadual reforça uma tendência positiva de substituição da iluminação fóssil por fontes elétricas, com benefícios diretos à saúde, segurança e sustentabilidade ambiental (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



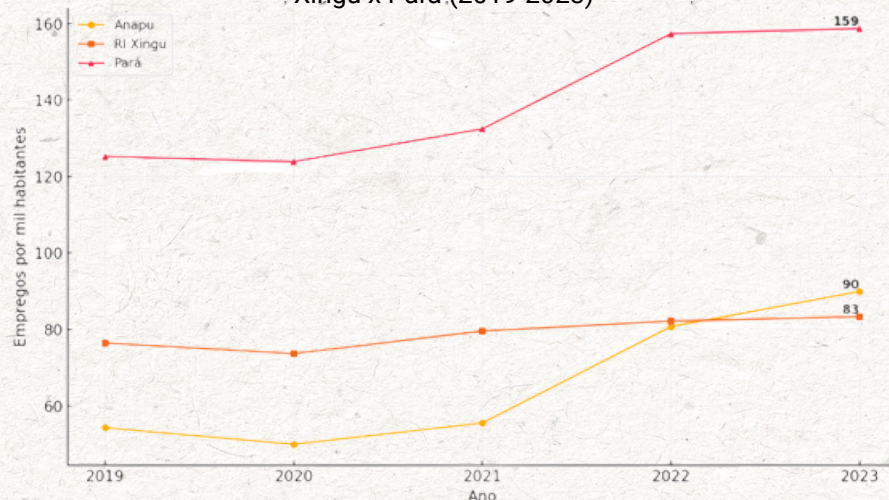
Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi de crescimento moderado e mais estável. O indicador saiu de 77 em 2019 para 83 em 2023, com uma leve queda em 2020 (74), também possivelmente relacionada à pandemia. A partir de 2021, a região recuperou seu desempenho, mantendo uma trajetória levemente ascendente. Apesar de Anapu ter superado a média da RI Xingu em 2023, o histórico mais estável da região revela uma base de empregos formais mais consolidada ao longo do período (Gráfico 15).

No estado do Pará, o número de empregos formais por mil habitantes foi significativamente superior ao de Anapu e da RI Xingu em todos os anos analisados.

Partindo de 125 em 2019, o indicador permaneceu praticamente estável até 2020, quando registrou uma pequena queda (124), mas em seguida apresentou um crescimento acelerado, atingindo 159 empregos formais por mil habitantes em 2023. Essa evolução reflete a recuperação econômica estadual, com destaque para setores formais urbanos e industriais, mas também expõe as desigualdades regionais no acesso ao emprego formal, sobretudo no interior (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 90 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

O município de Anapu apresentou crescimento no PIB per capita ao longo do período, saindo de cerca de R\$ 13.500 em 2018 para aproximadamente R\$ 20.000 em 2021, com estabilização em 2022. Essa evolução aponta para uma melhora gradual na atividade econômica local, ainda que o valor permaneça inferior ao observado nos demais níveis territoriais. A estagnação em 2022 sugere uma possível limitação estrutural na capacidade de expansão econômica do município, exigindo investimentos mais robustos em setores produtivos locais (Gráfico 16).

PIB per capita



Na Região de Integração do Xingu, o PIB per capita manteve-se relativamente estável entre 2018 e 2020, girando em torno de R\$ 27.000, mas experimentou um salto significativo em 2021, ultrapassando os R\$ 31.000 e atingindo R\$ 31.605 em 2022.

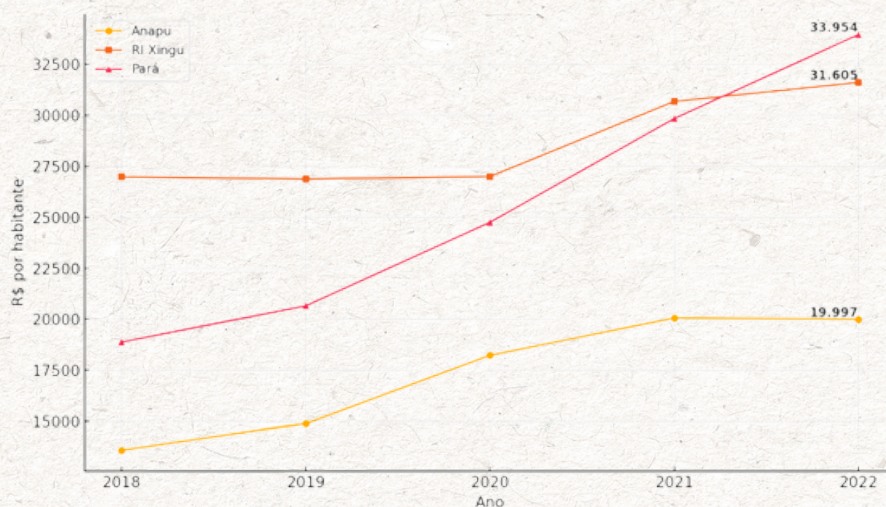
Esse crescimento pode estar relacionado ao desempenho de atividades extrativistas ou industriais de grande escala, que contribuem significativamente para a geração de valor regional, ainda que nem sempre com distribuição equitativa (Gráfico 16).

O estado do Pará apresentou o crescimento mais expressivo no período. Partindo de R\$ 18.900 em 2018, o PIB per capita estadual saltou para R\$ 33.954 em 2022. Esse avanço consistente revela uma expansão econômica relevante, com destaque para a indústria mineral e exportações.



Gráfico16 - PIB per capita, Anapu x RI Xingu x Pará (2018-2022)

A ultrapassagem da RI Xingu a partir de 2022 demonstra a força do dinamismo estadual, embora ainda se mantenham disparidades internas consideráveis entre os municípios, como se observa no caso de Anapu (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 19.997/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Anapu, a participação da indústria no PIB permaneceu em patamares muito baixos e com tendência de queda. Em 2018, o valor era de aproximadamente 5,4%, diminuindo gradualmente até atingir 3,4% em 2022. Esses números indicam uma baixa diversificação produtiva e uma economia local predominantemente dependente do setor primário ou de serviços, com pouca presença de atividades industriais capazes de agregar valor à produção e gerar empregos qualificados (Gráfico 17).

Na Região de Integração do Xingu, o valor adicionado da indústria começou em 2018 com 47,9% do PIB, evidencian-

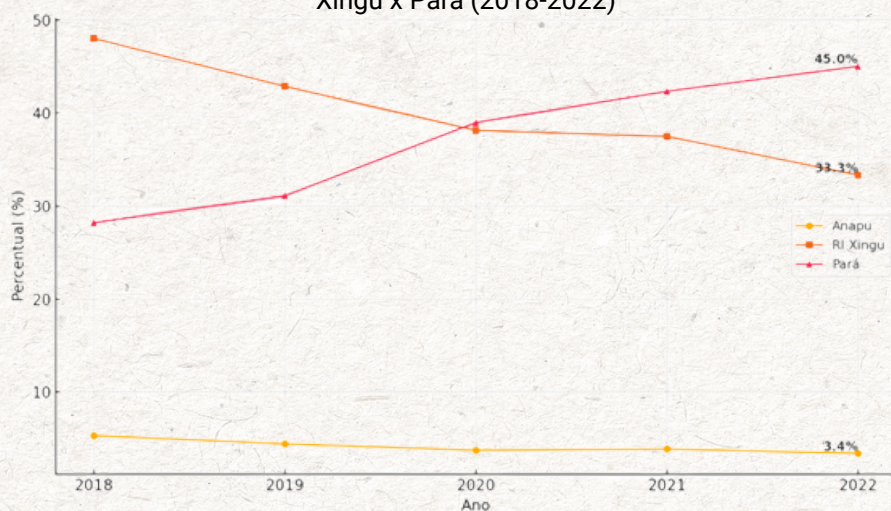
do a forte presença do setor na economia regional. No entanto, esse percentual caiu progressivamente até 2022, chegando a 33,3%. Essa redução pode indicar uma desaceleração ou mudança na composição do PIB regional, com perda relativa de peso da indústria frente a outros setores, como comércio, serviços ou agropecuária, embora ainda mantenha participação relevante (Gráfico 17).

Em contraste, o estado do Pará registrou uma tendência de crescimento contínuo na participação da indústria no PIB. Em 2018, o valor era de 28,3% e subiu para 45,0% em 2022.

Esse aumento reflete o fortalecimento das atividades industriais, especialmente aquelas ligadas ao setor mineral e à exportação de commodities, que ganharam protagonismo na estrutura econômica estadual. O crescimento da industrialização no Pará contrasta com a tendência de retração verificada na RI Xingu e com os baixos índices registrados no município de Anapu, acentuando as desigualdades de base produtiva no território (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Anapu x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O município de Anapu apresentou um crescimento expressivo no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes entre 2019 e 2023. Partindo de um patamar muito baixo, com apenas 2,6 profissionais em 2019, houve uma leve oscilação nos anos seguintes até alcançar um salto significativo em 2023, chegando a 11 profissionais por 100 mil habitantes.



Esse aumento representa um avanço considerável na presença de capital humano qualificado voltado à ciência e tecnologia no município, o que pode estar relacionado à ampliação de políticas locais de fomento à pesquisa, ensino superior ou atuação técnica (Gráfico 18).

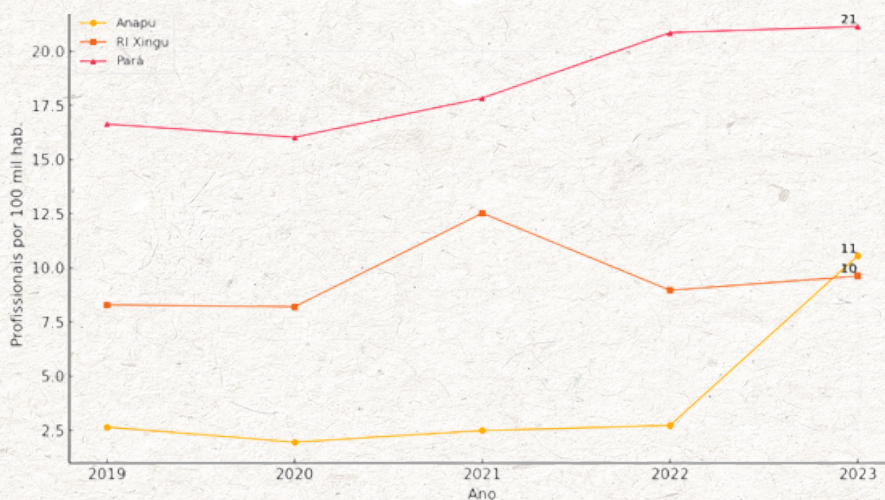
Na Região de Integração do Xingu, o indicador oscilou durante o período. Iniciando com 8,2 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 e mantendo esse nível em 2020, a região experimentou um pico de 12,5 em 2021, seguido de uma queda para 9,0 em 2022 e leve recuperação para 9,7 em 2023. Essa variação revela certa instabilidade na consolidação de uma base científica regional, possivelmente influenciada por flutuações no mercado de trabalho científico, na oferta de formação técnica e superior ou no financiamento público de instituições de pesquisa (Gráfico 18).





No estado do Pará, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes manteve-se em patamares significativamente mais elevados do que nos demais recortes territoriais e apresentou crescimento contínuo. De 16,7 em 2019, o indicador subiu para 21,1 em 2023. Essa tendência ascendente evidencia o fortalecimento de um ecossistema estadual de ciência, tecnologia e inovação, provavelmente impulsionado por universidades públicas, institutos de pesquisa e investimentos em educação e desenvolvimento científico. No entanto, a diferença entre o estado e municípios como Anapu ainda revela desigualdades territoriais relevantes no acesso e na fixação de profissionais da ciência (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o município de Anapu apresentou oscilações significativas na massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB. Em 2019, o indicador era de 0,83%, caindo nos dois anos seguintes — atingindo 0,60% em 2020 e 2021 —, o que possivelmente reflete os impactos da pandemia sobre o mercado de trabalho local, especialmente nos setores formais. Em 2022, houve uma recuperação expressiva, alcançando 0,92%, o que sugere uma valorização dos vínculos formais e um reaquecimento da economia, ainda que em patamares baixos (Gráfico 19).

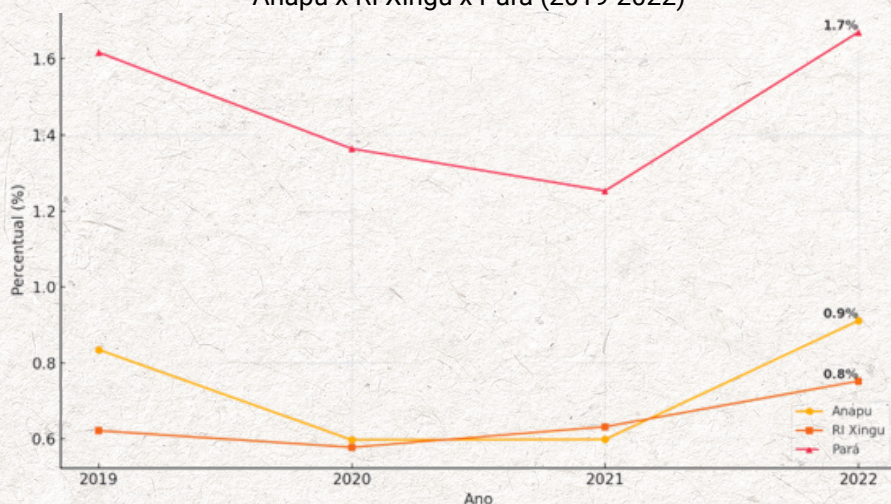
Na Região de Integração do Xingu, a trajetória foi mais estável. O indicador partiu de

0,62% em 2019, sofreu uma leve queda em 2020 (0,58%) e, a partir de 2021, iniciou uma recuperação gradual, chegando a 0,80% em 2022. Embora o crescimento tenha sido menos acentuado do que em Anapu, a região manteve um nível relativamente constante ao longo do período, indicando maior resiliência do mercado formal frente às adversidades econômicas. Isso pode estar associado à presença de polos econômicos mais estruturados em alguns municípios da região (Gráfico 19).

No estado do Pará, observou-se uma queda acentuada da massa salarial formal em relação ao PIB entre 2019 e 2021, saindo de 1,62% para 1,26%. Essa tendência pode re-

fletir o crescimento acelerado do PIB puxado por setores com baixa intensidade de mão de obra formal, como a mineração, o que relativiza a participação da massa salarial. No entanto, em 2022 houve uma recuperação expressiva, atingindo 1,70%, o que demonstra uma revalorização dos vínculos formais no contexto da retomada econômica pós-pandemia. Ainda assim, o distanciamento em relação aos percentuais de Anapu e da RI Xingu evidencia disparidades na estrutura produtiva e nas dinâmicas de formalização do trabalho entre os diferentes níveis territoriais (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Acesso à Telefonia Móvel

No município de Anapu, o acesso à telefonia móvel cresceu de forma significativa ao longo do período analisado. Em 2019, o município registrava 31 linhas móveis por 100 habitantes, número que se manteve praticamente estável em 2020. Contudo, entre 2020 e 2021 houve um salto expressivo para 68 linhas, seguido de um leve crescimento até atingir 70 linhas por 100 habitantes em 2022 e 2023. Essa evolução indica uma expansão significativa na conectividade local, o que pode estar relacionado à ampliação das operadoras, maior cobertura de sinal e ao aumento do uso de dispositivos móveis, especialmente impulsionado pela digitalização durante e após a pandemia (Gráfico 20).

Na Região de Integração do Xingu, o crescimento foi mais moderado. Em 2019, o número era de 41 linhas por 100 habitantes, chegando a um pico de 68 em 2021, mas recuando para 62 em 2022 e mantendo esse valor em 2023. A trajetória sugere uma evolução favorável até 2021, com um possível ajuste posterior na base de assinaturas ou mudanças no perfil de consumo digital da população. Ainda assim, os dados mostram que a RI Xingu acompanha as tendências de modernização das comunicações, embora com menor estabilidade que o município de Anapu no último biênio (Gráfico 20).

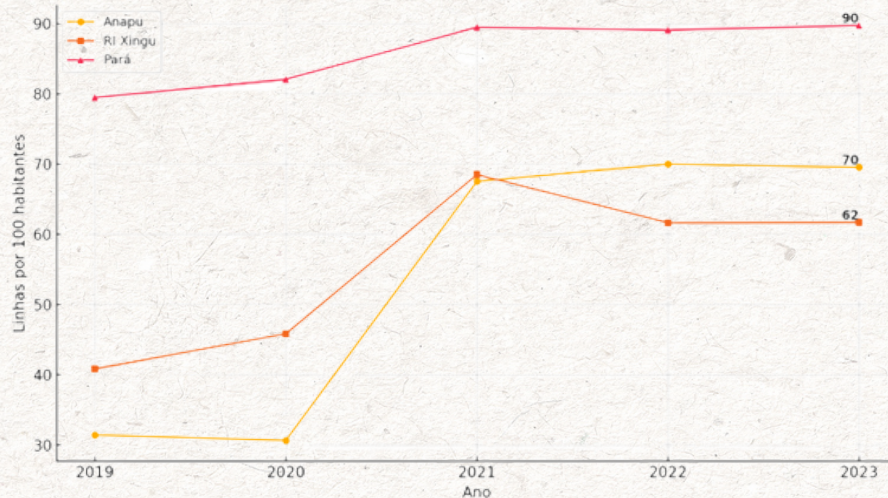
Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.



O estado do Pará apresenta os melhores índices de telefonia móvel entre os três níveis territoriais. Com 80 linhas por 100 habitantes em 2019, o estado manteve uma trajetória de crescimento contínuo, atingindo 90 em 2023. A estabilidade do indicador e sua elevação progressiva reforçam a consolidação do acesso à comunicação móvel no estado, beneficiado provavelmente por investimentos em infraestrutura digital nas regiões urbanas e maior competitividade entre operadoras. Ainda que Anapu tenha reduzido sua distância em relação ao estado, a diferença permanece relevante (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 70 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

O município de Anapu apresentou um comportamento irregular nas despesas per capita com cultura e gestão ambiental entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor era de R\$ 36 por habitante, mantendo-se quase igual em 2020. Em 2021, houve uma queda acentuada para R\$ 29, seguida por recuperação em 2022 (R\$ 50) e um salto expressivo em 2023, atingindo R\$ 210 por habitante. Esse crescimento abrupto pode indicar a execução de projetos pontuais ou ampliação significativa no orçamento municipal voltado para políticas culturais e ambientais, possivelmente com apoio de recursos externos ou compensações

ambientais (Gráfico 21).

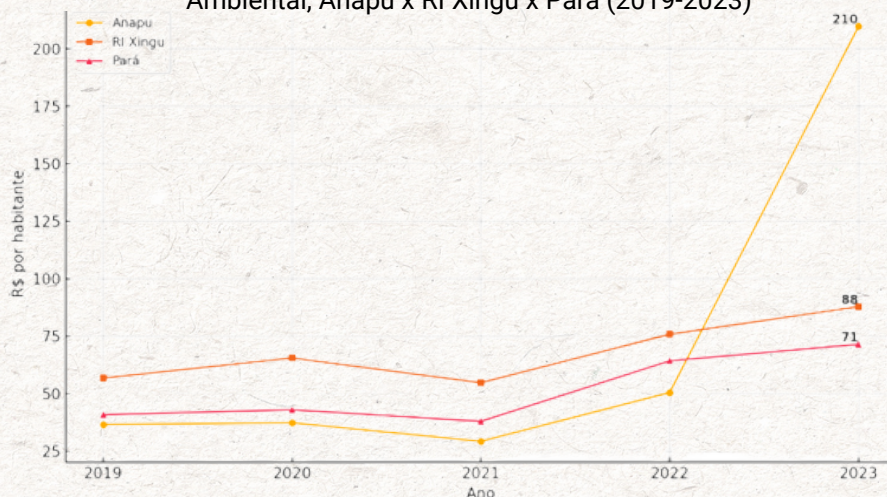
Na RI Xingu, o comportamento foi mais estável e com crescimento progressivo. O valor partiu de R\$ 57 em 2019, aumentando para R\$ 66 em 2020 e recuando levemente em 2021 (R\$ 56). A partir de 2022, houve avanço expressivo, alcançando R\$ 88 em 2023. Essa tendência reflete um fortalecimento gradual das políticas públicas nessas áreas, demonstrando maior compromisso regional com investimentos voltados à sustentabilidade ambiental e ao fomento cultural (Gráfico 21).

O estado do Pará apresentou valores mais modestos, mas com crescimento estável.

A despesa por habitante era de R\$ 41 em 2019, oscilou levemente até 2021 (R\$ 37), e registrou crescimento consistente nos anos seguintes, encerrando 2023 com R\$ 71. A elevação recente sinaliza uma retomada de investimentos nessas áreas, provavelmente motivada por diretrizes de desenvolvimento sustentável e políticas culturais descentralizadas. Ainda assim, os valores estaduais permanecem abaixo dos registrados em Anapu no último ano, revelando o destaque excepcional do município em 2023 (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

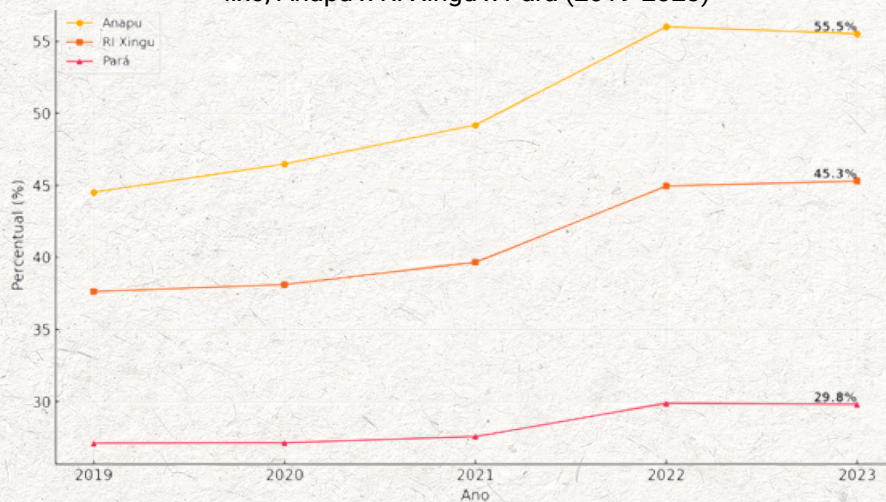
O município de Anapu apresentou uma tendência crescente no percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo, passando de 44,6% em 2019 para um pico de 55,5% em 2022, com leve recuo para 55,3% em 2023. Essa trajetória revela uma deterioração no acesso a serviços adequados de coleta e destinação de resíduos sólidos para as camadas mais vulneráveis da população. O dado evidencia uma lacuna significativa na infraestrutura de saneamento e políticas ambientais locais, especialmente em

áreas periféricas ou rurais (Gráfico 22)

Na Região de Integração do Xingu, também se verifica um aumento ao longo do período, embora em menor intensidade. O percentual saiu de 37,6% em 2019 e atingiu 45,3% em 2023. Apesar de os valores absolutos serem mais baixos que os de Anapu, o crescimento indica que o problema é regional e afeta diversas localidades da RI, refletindo a carência de soluções integradas de gestão de resíduos sólidos para a população de baixa renda (Gráfico 22).

No estado do Pará, o indicador é significativamente inferior aos demais níveis territoriais, ainda que também tenha aumentado: passou de 27,0% em 2019 para 29,8% em 2022, permanecendo estável em 2023. A menor incidência estadual pode refletir a maior cobertura de coleta urbana em centros mais populosos e estruturados, como Belém e Santarém. No entanto, o crescimento sutil do indicador alerta para a persistência da desigualdade no acesso à infraestrutura ambiental entre diferentes regiões do estado (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 55,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

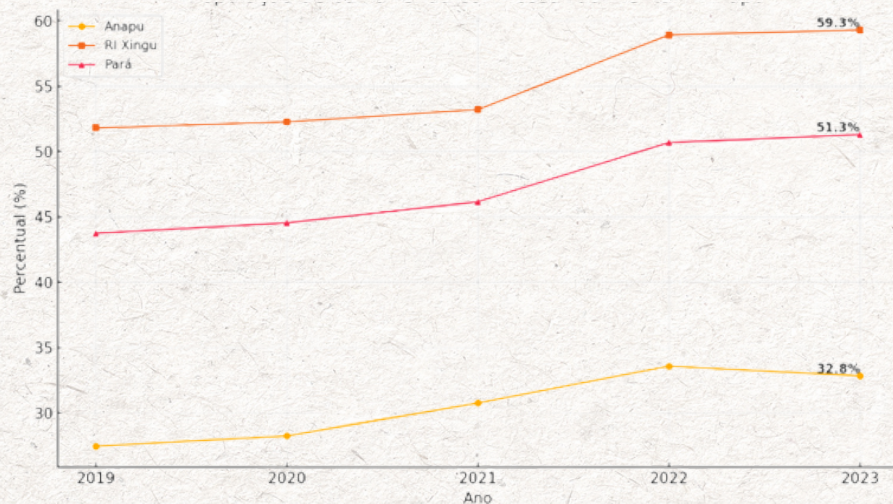
Em Anapu, o percentual de população de baixa renda com fossa rudimentar cresceu de forma contínua entre 2019 (27,3%) e 2022 (33,7%), com leve recuo para 32,8% em 2023. Esses valores indicam uma precariedade persistente nas condições sanitárias, com grande parte da população vulnerável dependendo de soluções inadequadas para o esgotamento sanitário. Embora haja ligeira melhoria no último ano, os dados revelam a urgência de investimentos em infraestrutura de saneamento básico no município (Gráfico 23).

Na RI Xingu, os percentuais são elevados e com tendência de alta. O indicador partiu de 51,9% em 2019 e chegou a 59,3% em 2023, o que evidencia que mais da metade da população de baixa renda ainda utiliza fossas rudimentares na região. Essa realidade aponta para a insuficiência histórica de políticas públicas voltadas à universalização do saneamento e os impactos diretos sobre a saúde pública e o meio ambiente nas áreas mais carentes (Gráfico 23).

No estado do Pará, observa-se uma trajetória semelhante, embora com patamares ligei-

ramente inferiores. O percentual de domicílios de baixa renda com fossa rudimentar aumentou de 43,8% em 2019 para 51,3% em 2023. A elevação contínua do indicador estadual reflete a expansão urbana e rural sem a correspondente ampliação dos serviços de saneamento, especialmente nas periferias e localidades interioranas. Isso reforça a necessidade de ações coordenadas entre os níveis municipal, regional e estadual para reverter esse cenário (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

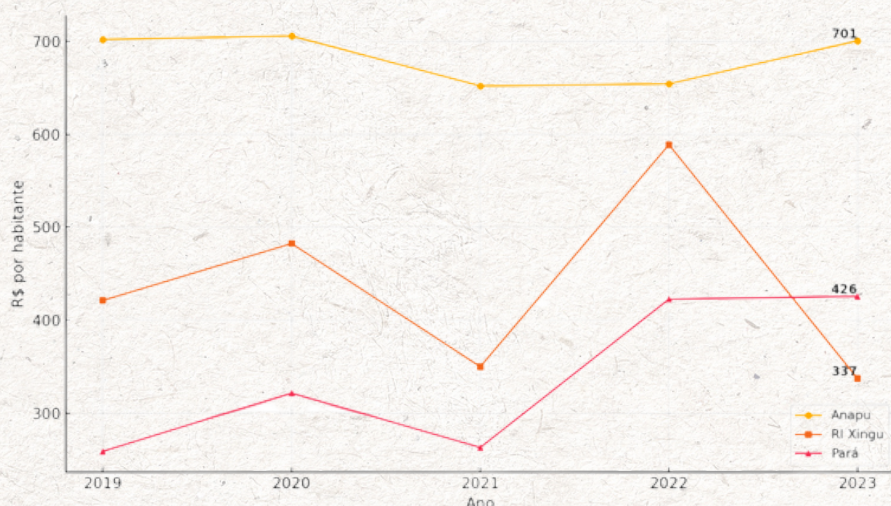
O município de Anapu manteve, ao longo de todo o período, um nível elevado de gasto per capita com prevenção de desastres, iniciando com R\$ 700 em 2019 e chegando a R\$ 701 em 2023, com pequenas oscilações nos anos intermediários. A constância e o alto valor do investimento indicam uma política municipal ativa e contínua de preparação e mitigação de riscos ambientais, possivelmente ligada à vulnerabilidade local a enchentes, deslizamentos ou queimadas, típicos da região amazônica (Gráfico 24).

Na Região de Integração do Xingu, os gastos apresentaram variações mais acentuadas. Em 2019, o valor era de R\$ 423 por habitante, subindo para R\$ 484 em 2020, caindo drasticamente para R\$ 354 em 2021, e alcançando um pico em 2022 (R\$ 589), antes de recuar para R\$ 337 em 2023. Essa trajetória demonstra uma atuação menos estável na alocação de recursos para prevenção de desastres, possivelmente influenciada por emergências pontuais ou por limitações orçamentárias sazonais dos municípios que compõem a região (Gráfico 24).



O estado do Pará, por sua vez, iniciou o período com R\$ 258 por habitante em 2019, ampliando gradualmente até R\$ 426 em 2023, com uma queda pontual em 2021. Essa tendência indica o fortalecimento de políticas estaduais voltadas à resiliência ambiental e redução de riscos, possivelmente associadas a programas de defesa civil e à resposta a eventos climáticos extremos. Apesar de os valores estaduais estarem abaixo dos observados em Anapu, o crescimento contínuo aponta para uma priorização crescente da temática na agenda pública estadual (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 701/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Anapu, os gastos per capita com preservação aquática foram praticamente inexistentes entre 2019 e 2022, com valores zerados ou próximos de zero. Apenas em 2023 houve um pequeno avanço, com R\$ 4 por habitante. Essa baixa execução orçamentária revela uma ausência de políticas estruturadas voltadas à proteção de corpos hídricos locais, o que é preocupante para um município inserido em uma região hidrográfica sensível e estratégica da Amazônia, com impactos ambientais e sociais significativos (Gráfico 25).

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi mais consistente. Os valores aumentaram de R\$ 64 em 2019 para R\$ 143 em 2023, apesar de uma leve queda em 2022. Esse crescimento demonstra um maior comprometimento regional com a conservação de rios, lagos e ecossistemas aquáticos, fundamentais para o abastecimento, agricultura e manutenção da biodiversidade. A diferença em relação a Anapu evidencia disparidades na priorização ambi-

ental entre os municípios da região (Gráfico 25).

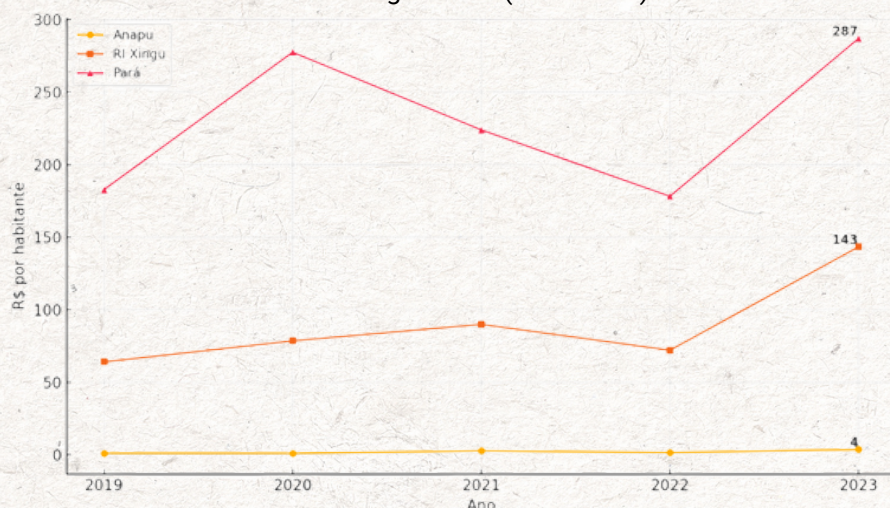
O estado do Pará apresenta os maiores níveis de investimento per capita nesse indicador. Partindo de R\$ 183 em 2019, o valor alcançou R\$ 287 em 2023, com picos em 2020 e recuperação após uma queda em 2022. Esse padrão indica que o governo estadual tem direcionado recursos de forma significativa para a preservação dos recursos hídricos, o que é coerente com os desafios de gestão ambiental da ba-





cia amazônica. A distância entre os investimentos estaduais e municipais, como em Anapu, reforça a importância da descentralização de políticas ambientais e da capacitação dos entes locais para atuar na preservação aquática (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 4/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Anapu, o percentual de área de floresta apresentou uma tendência de queda constante entre 2019 e 2023. Partindo de 74,8% em 2019, o índice caiu progressivamente até atingir 63,3% em 2023. Essa redução contínua ao longo dos anos indica um processo expressivo de perda de cobertura florestal, sinalizando pressão crescente sobre os recursos naturais e possível expansão de atividades como pecuária, agricultura e ocupações irregulares sobre áreas florestadas (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Xingu, o indicador também apresentou queda entre 2019 e 2022, com destaque para o recuo mais acentuado em 2022, quando o percentual de

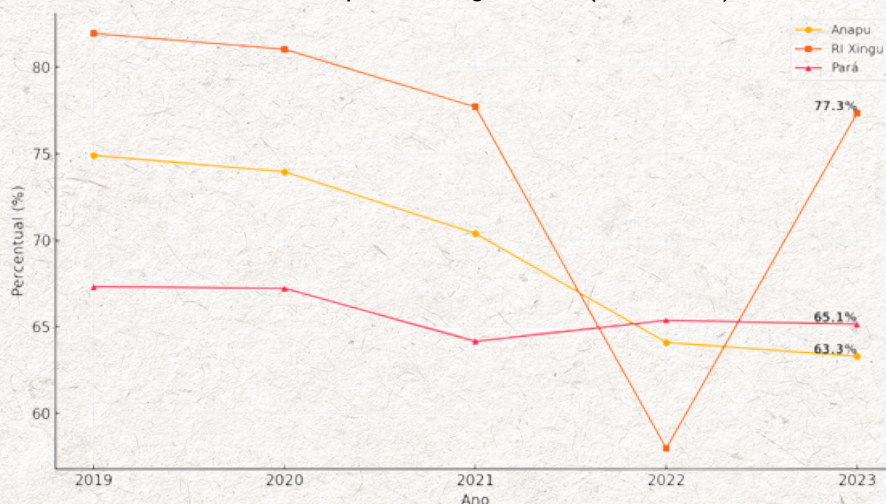
área de floresta chegou a 57,7%, partindo de 82,1% em 2019. No entanto, em 2023, houve uma reversão surpreendente com recuperação para 77,3%, o que pode estar relacionado à revisão metodológica, regeneração florestal natural ou ações institucionais mais eficazes de preservação e combate ao desmatamento.



Mesmo assim, a volatilidade sugere vulnerabilidade ambiental (Gráfico 26).

O estado do Pará manteve-se relativamente estável ao longo do período, com percentuais oscilando entre 64,2% e 67,1% de cobertura florestal. Em 2023, o índice foi de 65,1%, revelando uma leve recuperação em relação ao ponto mais baixo (2021), mas ainda sem retomar os níveis de 2019. A estabilidade estadual contrasta com as quedas acentuadas observadas no município de Anapu e na RI Xingu, indicando que a dinâmica do desmatamento é mais crítica em determinados territórios e pode exigir medidas específicas por região (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Anapu, o percentual de área desmatada apresentou crescimento progressivo ao longo dos anos, com uma alta expressiva entre 2021 e 2022, passando de 26,1% para 32,9%, e uma leve redução para 27,9% em 2023. Essa trajetória indica forte avanço do desmatamento, refletindo a pressão sobre o uso do solo e a fragilidade da governança ambiental no município. Mesmo com o pequeno recuo em 2023, o nível elevado preocupa, considerando a importância da floresta para o equilíbrio climático e os serviços ecossistêmicos (Gráfico 27).

Na Região de Integração do Xingu, a trajetória foi relativamente estável entre 2019 (13,4%) e 2021 (15,2%), mas houve um pico abrupto em 2022, atingindo 32,8%, seguido

por uma queda significativa em 2023, com o indicador caindo para 16,3%.

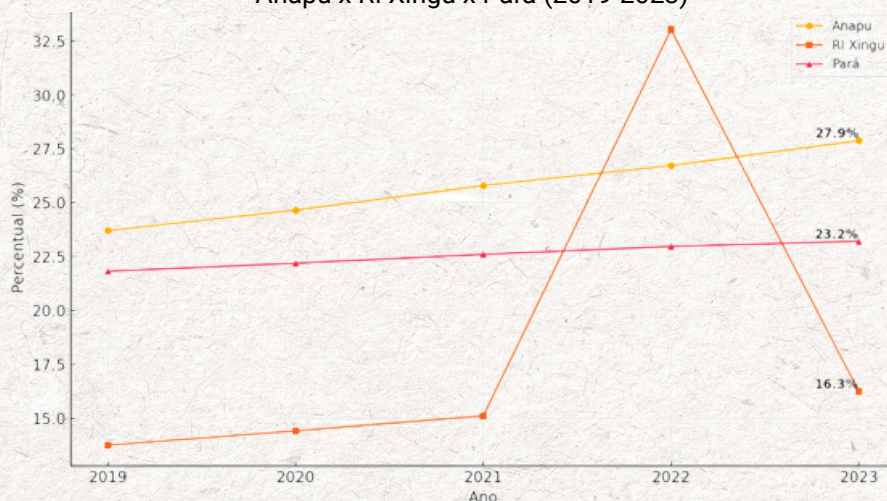
Essa variação brusca pode indicar eventos localizados de desmatamento em larga escala ou mudanças no monitoramento e na fiscalização ambiental, além da eventual regeneração de áreas que impactam na medição do ano seguinte (Gráfico 27).

No estado do Pará, o percentual de área desmatada cresceu de forma constante, mas em ritmo mais moderado. De 22,1% em 2019, passou para 23,2% em 2023. Essa tendência revela a persistência do desmatamento como um problema estrutural, embora menos acentuado do que nos recortes regionais e municipais analisados.

A estabilidade relativa dos dados estaduais pode mascarar situações críticas em áreas específicas, como Anapu, evidenciando a importância de ações descentralizadas e territorializadas de controle e recuperação ambiental (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 27,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

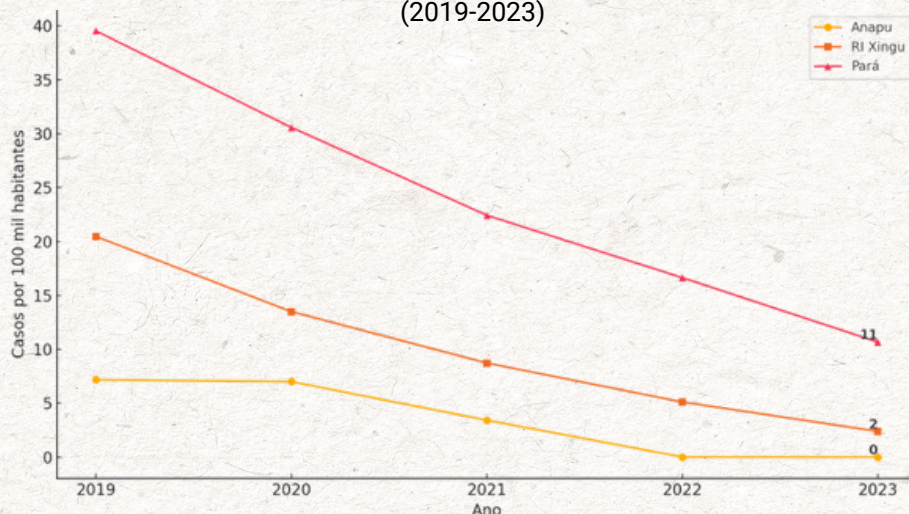
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

No município de Anapu, o indicador de trabalho infantil apresentou uma redução consistente ao longo do período analisado. Em 2019, havia cerca de 7 casos por 100 mil habitantes, número que se manteve em 2020, caiu para 4 em 2021 e chegou a 0 em 2022 e 2023. Essa trajetória é bastante positiva, sugerindo eficácia nas políticas de combate ao trabalho infantil e na atuação de serviços de proteção social, especialmente voltados à população em situação de vulnerabilidade (Gráfico 28).

Na Região de Integração do Xingu, o comportamento foi semelhante, embora com números mais elevados. O índice partiu de 20,7 casos por 100 mil habitantes em 2019, reduzindo-se de forma contínua até alcançar 2 em 2023. A redução de quase 90% nesse período reflete o avanço de ações regionais de fiscalização, educação e inclusão social, com impacto direto na retirada de crianças e adolescentes de atividades laborais precoces (Gráfico 28).

O estado do Pará também apresentou um declínio significativo do trabalho infantil, partindo de um patamar bastante elevado em 2019, com 39,2 casos por 100 mil habitantes, e encerrando 2023 com 11. Embora os números ainda sejam superiores aos de Anapu e da RI Xingu, a tendência é de queda sustentada. Esse resultado reforça o compromisso estadual com o enfrentamento da exploração infantil, ainda que os desafios persistam, principalmente em áreas rurais e nas franjas urbanas de grandes cidades (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Anapu, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes oscilou significativamente no período analisado. O índice era de 118 em 2019, caiu para 88 em 2020, mas voltou a subir de forma alarmante para 123 em 2021. Após esse pico, houve queda consistente, chegando a 78 em 2022 e 47 em 2023. A variação brusca, especialmente entre 2020 e 2021, pode estar associada a conflitos fundiários, disputas territoriais e fragilidades na segurança pública. A queda recente é um sinal positivo, mas o histórico de altos índices revela um cenário estruturalmente vulnerável

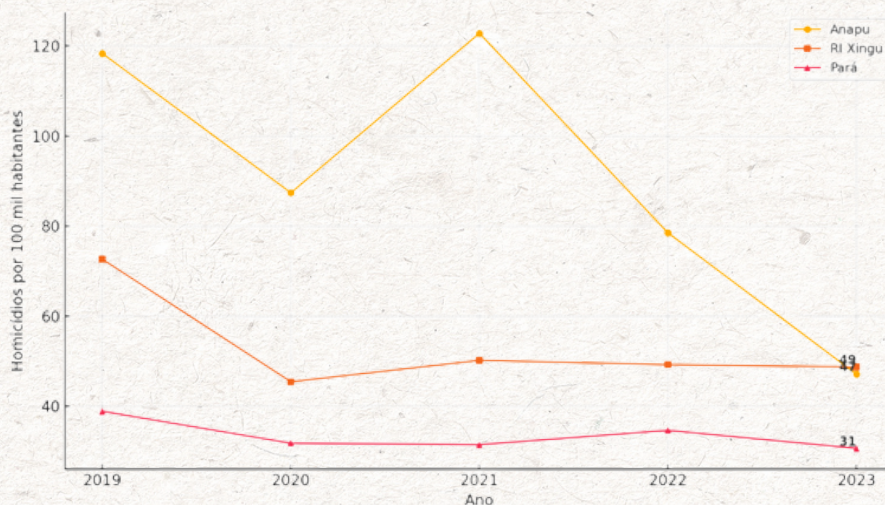
(Gráfico 29).

Na Região de Integração do Xingu, os valores também oscilaram, mas em um patamar mais estável. Partindo de 72,8 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, a taxa caiu para 45 em 2020, variando levemente até alcançar 49 em 2023. Apesar das flutuações, a região manteve taxas elevadas, refletindo desafios contínuos no enfrentamento da violência, em especial nas áreas de expansão agropecuária e nas zonas de conflito social (Gráfico 29).

O estado do Pará apresentou os menores índices entre

os três níveis territoriais, com uma taxa de 38,6 em 2019 e tendência de queda, encerrando 2023 com 31 homicídios por 100 mil habitantes. A estabilidade do indicador pode ser atribuída à maior presença do aparato policial em áreas urbanas e à coordenação de políticas públicas estaduais de segurança. No entanto, a comparação com os índices de Anapu evidencia desigualdades territoriais marcantes na distribuição da violência letal, exigindo ações mais específicas nos municípios do interior (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Anapu apresentou oscilações expressivas no gasto público municipal como percentual do PIB. Em 2018, o indicador registrava 27,7%, mas caiu de forma acentuada nos dois anos seguintes, atingindo 17,4% em 2020 – o valor mais baixo do período. Essa redução pode estar relacionada ao crescimento do PIB local sem o mesmo ritmo de aumento da despesa pública, ou à retração fiscal provocada por restrições orçamentárias. A partir de 2021, observou-se uma recuperação, com o percentual subindo para 21,3% e encerrando 2022 em 23,2%, sinalizando possível retomada de investimentos públicos ou expansão

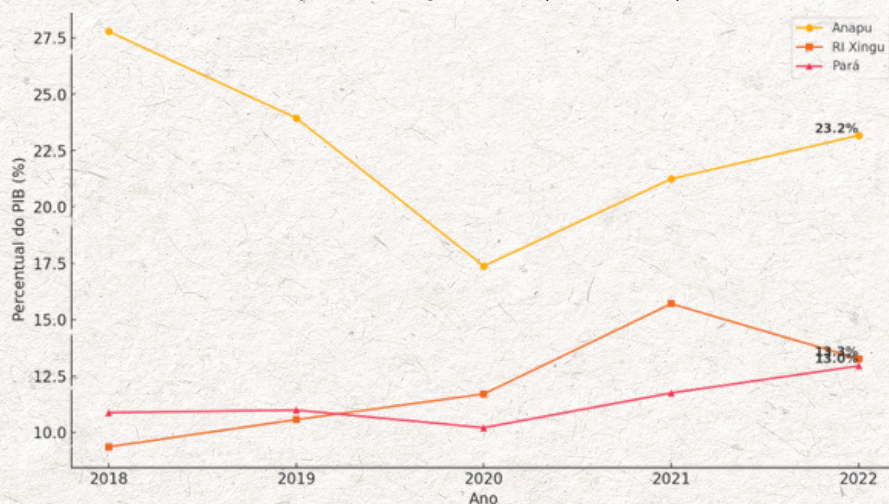
das receitas municipais (Gráfico 30).

Na Região de Integração do Xingu, o indicador apresentou tendência de crescimento até 2021, partindo de 9,1% em 2018 e alcançando 15,7% em 2021. Esse aumento pode refletir a ampliação da capacidade de investimento dos municípios da região, seja por transferências intergovernamentais ou aumento da arrecadação própria. Contudo, em 2022 houve recuo para 13,3%, o que pode estar associado à queda relativa dos investimentos frente ao crescimento do PIB regional ou a ajustes fiscais promovidos pelos entes locais (Gráfico 30).

O estado do Pará manteve

um comportamento mais estável, com o percentual oscilando em torno de 11%, subindo de 10,9% em 2018 para 13,0% em 2022. A leve elevação ao longo do período aponta para uma participação crescente do gasto público em relação à economia estadual, ainda que de forma mais moderada em comparação aos demais níveis territoriais. A constância do indicador sugere uma estrutura de gastos consolidada no nível estadual, com menor sensibilidade a flutuações de curto prazo. A diferença entre os níveis de Anapu e do estado evidencia o papel mais ativo que o município exerce na aplicação de recursos públicos em relação ao tamanho da sua economia (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Anapu x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2022, o município de Anapu apresentou uma notável expansão na taxa de acesso à banda larga fixa, saindo de apenas 0,5 ponto por 100 habitantes em 2019 para atingir um pico de 13,1 em 2022. Esse crescimento acelerado pode estar associado à ampliação de infraestrutura de telecomunicações, políticas de conectividade em regiões remotas e aumento da demanda por internet em função da pandemia de COVID-19, que exigiu maior conectividade para educação, trabalho remoto e acesso a serviços públicos. No entanto, em 2023, houve uma queda abrupta para apenas 1 ponto por 100 habitantes, o que pode indicar falhas operacionais, desativação de serviços, revisão

metodológica ou perda de cobertura em áreas críticas (Gráfico 31).

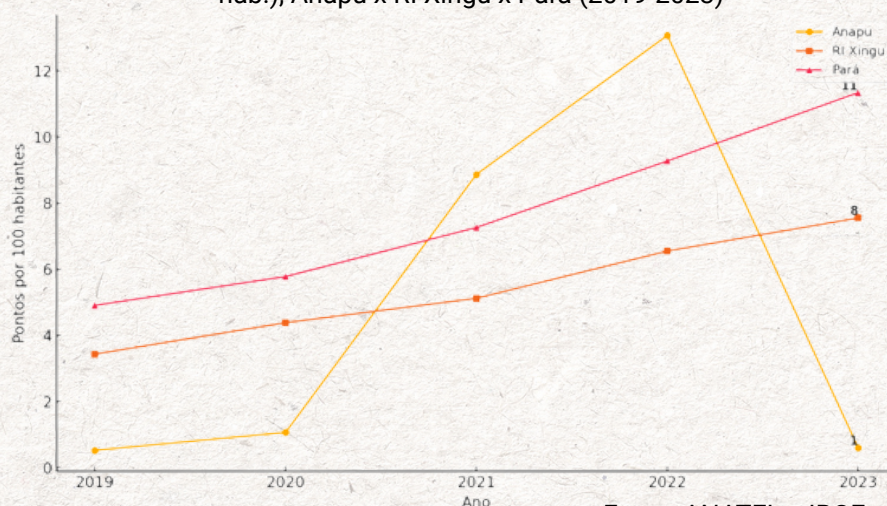
Na Região de Integração do Xingu, o comportamento do indicador foi mais estável e gradual. A taxa cresceu de 3,4 pontos por 100 habitantes em 2019 para 8 em 2023, revelando uma ampliação contínua do acesso à internet fixa. Esse padrão reflete uma expansão progressiva dos serviços de telecomunicações, ainda que em ritmo mais conservador do que o verificado em Anapu nos anos anteriores. A ausência de quedas acentuadas sugere maior estabilidade dos serviços regionais e possivelmente maior cobertura urbana consolidada em cidades-polo da região (Gráfico 31).

O estado do Pará também

apresentou uma trajetória ascendente no indicador, com crescimento constante ao longo de todo o período. Partindo de 5 pontos por 100 habitantes em 2019, a taxa alcançou 11 em 2023, indicando avanços no acesso à internet em áreas urbanas e expansão da conectividade em localidades menores. Apesar do progresso, os valores ainda permanecem abaixo da média nacional, o que evidencia desafios estruturais na universalização do acesso digital. A comparação com Anapu, sobretudo a queda brusca deste último em 2023, reforça a necessidade de diagnósticos locais para garantir continuidade e qualidade no serviço de banda larga (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Anapu x RI Xingu x Pará (2019-2023)



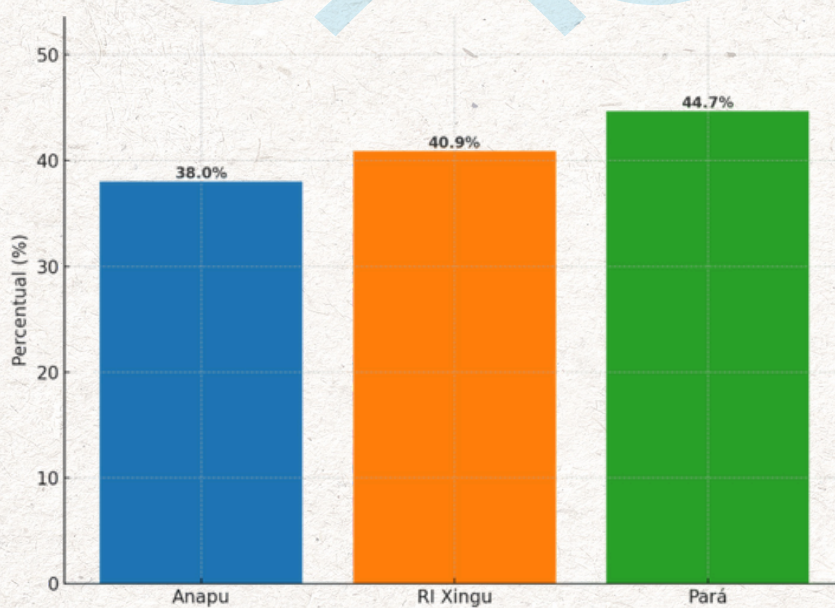
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Anapu** registrou um IDS de **38%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Anapu x RI Xingu x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



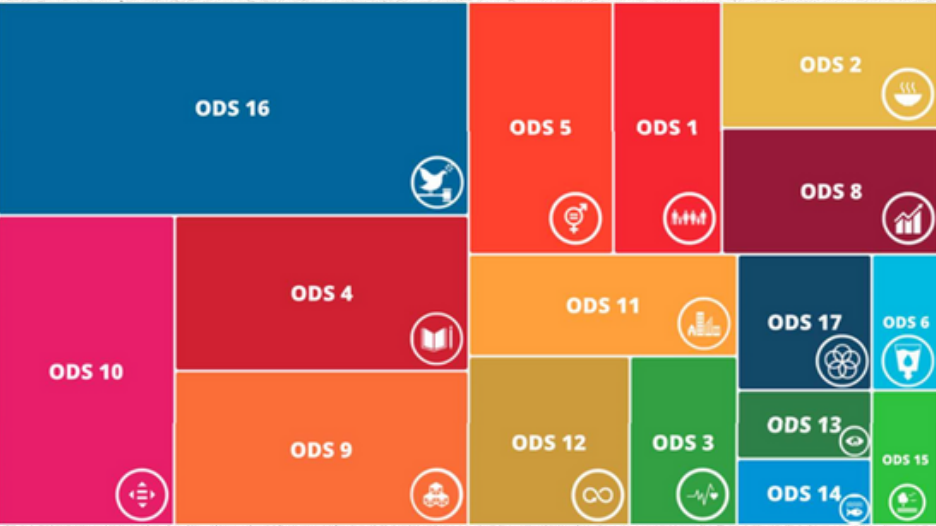
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Anapu na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Anapu e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

